

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**CENTRO EDUCACIONAL E ESCOLA REGULAR:
UMA PARCERIA A FAVOR DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS
COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

ARTIGO MONOGRÁFIO DE PÓS GRADUAÇÃO

ALINE CARLA FERREIRA TEIXEIRA DOS SANTOS GHERARDI

SANTA MARIA, RS, Brasil

2011

**CENTRO EDUCACIONAL E ESCOLA REGULAR:
UMA PARCERIA A FAVOR DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS
COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

POR

ALINE CARLA FERREIRA TEIXEIRA DOS SANTOS GHERARDI

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a
conclusão do Curso de Pós Graduação “Latu Sensu” com especialização em Déficit
Cognitivo e Educação de Surdos.**

Orientadora: Professora Giovanna Mattei.

SANTA MARIA, RS, Brasil

2011

SUMÁRIO

RESUMO -----	4
ABSTRACT -----	5
INTRODUÇÃO -----	6
METODOLOGIA -----	8
REVISÃO DE LITERATURA -----	9
Concepções e finalidades da Educação -----	9
Conceito de Inclusão -----	10
A inclusão na escola regular de ensino -----	13
Diferentes tipos de necessidades especiais -----	16
Leis que regem a educação inclusiva -----	17
SÍNDROME DE DOWN: DO QUE ESTAMOS FALANDO? -----	19
PARCERIA: Centro Educacional e Escola Regular a partir da Inclusão de uma Criança com Síndrome de Down na Escola Regular -----	21
Histórico do Centro Educacional Municipal “Professor Olavo Mendes Brandão ---	22
Histórico da Escola Municipal Júlia Miranda Nogueira -----	23
ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO -----	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	30
ANEXO -----	32

RESUMO

Artigo Monográfico de Pós Graduação
Programa de Pós Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Maria

**CENTRO EDUCACIONAL E ESCOLA REGULAR:
UMA PARCERIA A FAVOR DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS
COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

AUTORA: ALINE CARLA FERREIRA TEIXEIRA DOS SANTOS GHERARDI
ORIENTADORA: GIOVANNA MATTEI

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 17 de janeiro de 2011.

Este trabalho apresenta alguns dilemas vividos por muitos educadores frente ao processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular abordando a importância da preparação tanto de forma material quanto de forma pessoal de todos envolvidos no processo de ensino – aprendizagem. Trata-se de um estudo utilizando como fundamentação, a teoria de diferentes autores e concepções de diferentes professores. O presente trabalho tem como objetivo analisar o pensamento de alguns educadores da rede regular ensino sobre a inclusão. A inclusão trabalhada numa perspectiva qualitativa, em consonância com o processo de ensino-aprendizagem, faz com que os alunos aprendem a conviver com a diferença e se tornarem cidadãos solidários. A finalidade desse estudo é permitir aos envolvidos com o sistema educacional; uma reflexão a respeito da necessidade de se tornar realidade a inclusão em cada sala de aula, transformando o ambiente escolar em um espaço genuinamente democrático, onde todos partilharam o conhecimento e a experiência entre eles de maneira que seus direitos fundamentais sejam respeitados.

Palavras chave: Inclusão, práticas pedagógicas, escola regular e escola inclusiva.

ABSTRACT

Artigo Monográfico de Pós Graduação
Programa de Pós Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Maria

**CENTRO EDUCACIONAL E ESCOLA REGULAR:
UMA PARCERIA A FAVOR DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS
COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

AUTORA: ALINE CARLA FERREIRA TEIXEIRA DOS SANTOS GHERARDI
ORIENTADORA: GIOVANNA MATTEI

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 17 de janeiro de 2011.

This paper presents some dilemmas for many educators regarding the process of inclusion of pupils with special educational needs in mainstream schools, addressing the importance of preparing both materially and personally involved in all of the teaching - learning. This is a study using such reasoning, the theory and concepts of different authors from different teachers. This study aims to analyze the thinking of some of the regular education teachers on inclusion. The inclusion crafted a qualitative perspective, in line with the teaching and learning, makes students learn to live with differences and become citizens in solidarity. The purpose of this study is to allow those involved with the educational system, a discussion about the need for the inclusion becomes a reality in every classroom, making the school environment in a genuinely democratic space where everyone shared the knowledge and experience between them so that their fundamental rights are respected.

Words key: Inclusion, pedagogic practices, regular and inclusion school.

Introdução

Com base no reconhecimento da diversidade existente na população e na necessidade de respeitar e atender a essa diversidade, o presente trabalho buscou direções no caminho do aprimoramento do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.

A inclusão é um processo em constantes modificações com bases instáveis que necessita aprimoramentos. Inclusão procura adquirir novas significações no conceito de integração, onde a necessidade educacional especial deve ser superada para que o aluno chegue o mais perto possível da aprendizagem. A segregação possui preceitos que separam as diferenças, norteando-se pelo princípio da normalização, que privilegiava aqueles alunos que estivessem preparados para se inserirem no ensino regular; o seja, quanto mais próximo da normalidade, mais apto para frequentar o ensino regular, ao contrário dos preceitos da inclusão eu valoriza a diversidade existente em cada ser humano.

A inclusão dos alunos com NEEs na classe regular favorece a viabilização do modelo da escola inclusiva priorizando a qualificação dos profissionais de educação juntamente com o estudo das possibilidades de intervenções pedagógicas que precisam ser efetivados na prática educativa neste ambiente educacional. Torna-se um desafio garantir o êxito da inclusão escolar, ainda mais quando implicam novos desafios e inquestionáveis demandas socioculturais.

De acordo com Sasaki (1997, p. 35), “a inclusão busca derrubar a visão integradora, defendendo a ideia de que o ensino se constrói na pluralidade e na certeza de que os alunos não são capazes de construir sozinhos, seu conhecimento de mundo”.

A Educação Inclusiva é um produto histórico de uma época e de realidades educacionais contemporâneas, uma época que exige o abandono de estereótipos e preconceitos, buscando o respeito e a tolerância às diferenças individuais.

O presente trabalho teve como objetivo compreender o processo de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais. Análise do processo de inclusão de uma criança com necessidades educacionais especiais. A mesma frequentava o Centro Educacional Municipal de Inclusão e no ano de 2009 foi incluída em uma escola regular pública de Conselheiro Lafaiete. Pretende-se, através deste estudo, responder os seguintes questionamentos: Como esta aluna com necessidades educacionais especiais foi incluída na escola regular? Quais os métodos de ensino

mais adequados para o atendimento ao aluno especial? Como o docente percebe e trabalha com alunos com deficiência? A escola está preparada para receber o aluno especial? Qual foi a formação pedagógica do professor para trabalhar com alunos NEEs?

Metodologia

O presente estudo possui como referenciais metodológicas, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa qualitativa.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com o estudo das teorias de autores que fizeram pesquisas referentes ao assunto proposto como SASSAKI, MANTOAN, e também a Constituição Federal, LDB, a Declaração de Salamanca e a Resolução 02/05, entre outros, possibilitando assim, um conhecimento teórico que serviu como alicerce para a fundamentação de conceitos que envolviam a prática educativa com alunos portadores de necessidades educacionais especiais juntamente com as leis que regem a educação inclusiva.

A pesquisa qualitativa constituiu aplicação de questionários enviados aos profissionais da educação das 02 escolas públicas da cidade de Conselheiro Lafaiete.

A escola pública “A” está localizada na área periférica da cidade com aproximadamente 150 alunos onde a pesquisada frequentou 04 anos. Com atendimento educacional especializado com os seguintes profissionais: fisioterapeuta, psicólogo, reeducadora pedagógica e terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo.

A escola pública “B” está localizada na área periférica da cidade de Conselheiro Lafaiete com aproximadamente 800 alunos onde a referida aluna foi incluída no ano de 2009.

Após a coleta das respostas dos questionários, foi realizada a organização e análise do material.

Revisão de Literatura

Concepções e finalidades da Educação

A Educação é o principal alicerce da vida social. Ela amplia o conhecimento, e é a base para o aprendizado sobre a cidadania e trabalho. Ela é capaz de ampliar as margens da liberdade humana, à medida que a relação pedagógica adote, como compromisso a solidariedade e a emancipação.

A instituição social educativa é um espaço de busca, construção, diálogo e conforto, prazer, desafio, conquista de espaço, descoberta de diferentes possibilidades de expressão e linguagens, aventura, organização cidadã, afirmação da dimensão ética e política de todo o processo educativo. (CANDAUI, 2002, p.18).

A educação é um tipo de atividade que se caracteriza fundamentalmente por uma preocupação, por uma finalidade a ser atingida. A educação dentro de uma sociedade é um instrumento de manutenção ou transformação social. (LUCKESI, 2001, p.30)

Segundo Saviani (1983), em face da realidade concreta do homem brasileiro, tem-se os seguintes objetivos gerais da educação.

Educação para subsistência. Ensinar ao homem a necessidade de tirar de situações adversas, meios para que possa sobreviver.

Educação para a libertação. O homem precisa aprender escolher e ampliar as possibilidades de ação diante de uma intervenção educacional para que possa assumir a responsabilidade de cidadão.

Educação para a comunicação. É necessário que o homem aprenda adquirir instrumentos aptos para que sua comunicação seja intersubjetiva. A intenção de intervir em situações que haja a necessidade de uma comunicação deve estar embasada na consciência de suas possibilidades e dos seus limites.

Educação para a transformação. Os objetivos acima só serão atingidos se houver uma mudança significativa no processo educacional, tendo como principal objetivo a transformação pessoal através da educação.

Por isso pode-se afirmar que a educação tornou-se instrumento de luta e de emancipação associando a luta social com a luta pedagógica.

Conceito de Inclusão

A inclusão defende a construção de uma sociedade que prevê adaptações e/ou mudanças como a melhoria da acessibilidade a todos nos ambientes físicos; a modificação dos padrões de normalidade impostos; a consequente inserção de todos os seus membros; uma maior e mais precisa informação sobre os direitos e deveres dos cidadãos com a garantia do exercício pleno da cidadania; a implementação de práticas educativas não discriminatórias e que saibam lidar com a diversidade humana. A inclusão perpassa a acessibilidade, a inclusão é uma mudança nos valores, concepções e olhares que temos sobre os outros. dentre outras.

De acordo com Sasaki (1997, p. 41),

A inclusão social consiste no processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Sasaki (1997) estabelece, ainda, quatro fases que compõem o longo caminho da inclusão:

A primeira denomina-se fase da “exclusão”. Corresponde a um período no qual a família e a sociedade tinham uma visão e uma atitude de não pertencimento dos “desviantes”, impondo aos mesmos uma vida segregada. Sua imagem era a de pessoas inválidas, socialmente inúteis e permanentemente incapazes.

Nessa fase, nenhuma atenção educacional foi dada às pessoas com necessidades especiais. Estas eram consideradas indignas de educação escolar. Também neste período, a pessoa deficiente não tinha nenhum acesso ao mercado de trabalho, uma vez que, de acordo com a perspectiva desta época, empregar deficientes era tido como uma forma de exploração, a qual deveria, inclusive, ser condenada por lei.

A segunda fase denomina-se “segregação”. Esta denota uma mobilização por parte das famílias de crianças e jovens portadores de deficiência no sentido de criar escolas especiais. Hospitais e residências eram, também, utilizados como locais de educação especial. Isso decorreu da absoluta impossibilidade de acesso às escolas comuns por parte dessas crianças e jovens. Com

relação ao mercado de trabalho era possível observar um sentimento paternalista da empresa para com o deficiente. Eram oferecidos trabalhos aos deficientes no interior das instituições especializadas e filantrópicas. As empresas objetivavam minimizar os gastos, usando mão-de-obra barata e sem vínculo empregatício.

O processo de segregação ainda é muito recente no Brasil, onde empresas utilizam a contratação de deficientes para receber algum benefício do governo.

A “integração” corresponde à terceira fase e concerne ao período onde as crianças e jovens com deficiência, mais aptos, eram encaminhados às escolas comuns e lá ficavam se conseguissem acompanhar as aulas. As escolas especiais continuaram a existir e outras novas foram criadas. Nesta fase, surgiram as classes especiais e as salas de recursos dentro das escolas comuns. No que diz respeito ao mercado de trabalho ocorria que os funcionários com deficiência dificilmente eram envolvidos em programas de desenvolvimento de recursos humanos e/ou promovidos. As empresas também não tinham um clima favorável à integração social.

No processo de integração os alunos eram inseridos no processo educacional para que o princípio da normalização seja norteado, buscando a maior proximidade com aquele aluno que não possui necessidade especial. O aluno com necessidades especiais deveria possuir características parecidas com os alunos ditos “normais”, ele estaria apto a frequentar o ensino regular.

A quarta e última, chamada “inclusão”, corresponde à fase em que todas as pessoas devem ser incluídas em salas comuns. Os ambientes físicos e os procedimentos educativos são adaptados para acomodar a diversidade humana. As escolas levam em consideração as necessidades de todos os alunos. Surge, também, a premissa de que a família e a sociedade devem se adaptar às necessidades de todas as pessoas; tenham elas deficiência ou não.

Na fase da inclusão, o mundo do trabalho tende a não ter mais dois lados. Surge a figura da empresa inclusiva. Estas empresas, hoje, proporcionam as condições necessárias e suficientes para o desempenho profissional de seus trabalhadores que têm necessidades especiais diversificadas. Uma escola inclusiva é aquela que acredita no valor da diversidade humana e faz o possível para que os indivíduos que têm necessidades especiais possam se adaptar ao seu ambiente de trabalho.

Essa valorização e esse respeito fazem com que a sociedade reorganize sua importância no processo de desenvolvimento pessoal estabelecendo relações que possibilitem a criação de

espaços inclusivos, bem como a superação da escola no processo de resgatar os alunos com suas necessidades.

Segundo Gómez - Paládio (apud):

O problema da integração ou inclusão como a chamam alguns, não é um problema fácil de resolver, embora sem dúvida, precisemos avançar nessa tarefa. Há muitos caminhos e muitas modalidades na integração. Querer estabelecer um sistema único de integração escolar seria o maior dos erros.

Nos tempos atuais fala-se muito em inclusão. Avançar nesta tarefa não é nada fácil, mas também não é impossível.

As escolas que buscam a inclusão são escolas que precisam estar preparadas para receber os alunos ditos portadores de necessidades educacionais especiais.

Não é possível estabelecer um único sistema de integração, pois tantos os alunos considerados “normais”, quanto os alunos especiais são diferentes e buscam objetivos diferentes. Seria um erro generalizar os alunos como normais e diferentes. Direito à igualdade não significa que somos iguais e, sim, igualdade de oportunidades, fazendo a diferença no ser, conviver e fazer.

Como parte integrante desse processo e contribuição essencial para a determinação de seus rumos, encontra-se a inclusão educacional.

Mantoan (2004, p.13) afirma que:

Mesmo sob a garantia do direito de todos à educação; a diferença pode ser lançada na vala comum dos preconceitos, da discriminação e da exclusão. Inúmeras propostas educacionais que defendem e recomendam a inclusão continuam diferenciar alunos pela deficiência.

Isso significa que apesar dos direitos garantidos na lei, a verdadeira inclusão não se consolidou na forma desejada. Onde o ser humano se adapte ao novo processo, entendendo que há necessidade de um novo olhar para os portadores de necessidades educacionais especiais.

A Inclusão na Escola Regular de Ensino

A inclusão é a base de toda a fundamentação legal do artigo 208 da Constituição da República do Brasil quando se refere ao direito à educação de qualidade com equidade. É um atendimento aos estudantes com necessidades especiais na comunidade próximos à escola. É propiciar a ampliação do acesso desses alunos às classes comuns. Permitir que as crianças apreendessem juntas, embora os objetivos e processos esperados sejam diferentes. É orientar e esclarecer aos professores a necessidade de estabelecer formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência. É propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum.

O uso dos termos necessidades especiais e educação inclusiva parte-se da implicação de mudanças significativas no processo educacional. Ao se pensar em um aluno, parte-se do propósito de deixar de se pensar que ele é a origem de um problema, forçando-o a se ajustar nos padrões impostos pela sociedade no âmbito de normalidade, passando a enxergá-lo de modo diferente criando o desafio da construção de condições para atender à diversidade desses alunos especiais.

O conceito de inclusão não é colocar às crianças com necessidades educativas especiais às classes comuns sem o acompanhamento do professor especializado. Não significa que as crianças precisam seguir um padrão único de desenvolvimento. Não é separar o atendimento especializado com o processo educativo de uma escola regular. É esperar que os professores de classe regular ensinem as crianças com necessidades especiais com suporte técnico e com a sensibilidade que trata todas as outras crianças.

A política de inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino é a ousadia e a permanência de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

Durante muito tempo, o aluno considerando “diferente” foi colocado à parte em relação à educação: o aluno com deficiência era atendido separadamente ou era excluído do processo educativo e a educação especial era mantida de modo separado em relação à organização e provisão de serviços educacionais.

É de muita valia a contribuição de Mittler (2003, p. 17) quando afirma que:

Não há nenhuma estrada de realeza para a inclusão, porém há um consenso de que ela é um processo e uma jornada, e não um destino. Não obstante, os estudos de escolas em ação tornam claro que algumas delas viajaram muito além de outras (...) não somente porque elas têm mais alunos com necessidades excepcionais ou até mesmo porque oferecem bons serviços de apoio para tais estudantes.

O autor se refere a não existência de uma estrada pronta para a inclusão, deve-se construir o próprio caminho buscando sempre respeitar as diferenças e as necessidades tanto dos alunos que já frequentam a escola regular quanto dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Toda e qualquer escola pode se tornar inclusiva, desde que, seus funcionários sejam sensibilizados sobre a diversidade humana existente. O sucesso será resultado da jornada da dedicação e da aprendizagem.

Os professores tendem a ficar mais próximos dos alunos, na medida em que conseguem fazer com que eles vivenciem o processo de ensino aprendido na sala e associa ao processo educacional fora da escola. Por isso conduzir um bom suporte aos professores da classe comum é essencial para o bom andamento do processo ensino-aprendizagem. A infra-estrutura de serviços em um estabelecimento é um ponto muito importante durante o processo de inclusão, pois a escola necessita de uma equipe de suporte para a superação das maiores dificuldades. A escola inclusiva é uma escola integrada à sua comunidade. Também como ponto primordial, a parceria da família na escola.

A escola tem o intuito de possuir um ambiente educacional visando o processo de ensino-aprendizagem com estratégias baseadas em pesquisas possibilitando modificações em sua estrutura introduzindo discussões sobre o assunto com sua equipe técnica, alunos, pais, professores. Sua forma de avaliação pode ser revista para possibilitar mudanças de acordo com as necessidades de atender os alunos com deficiência. O acesso físico à escola será facilitado na medida em que os alunos com necessidade especial comecem a circular no estabelecimento educacional e com isto, o ambiente educacional possibilitará a ele uma circulação com mais facilidade. E para que haja uma continuidade no trabalho, o rigoroso processo de permanência dos bons profissionais proporcionará resultado de acordo com uma sequência nos estudos, aprofundando-os.

De um lado, a escola como qualquer instituição social, expressa os valores, as possibilidades e os interesses das pessoas de seu tempo, sobretudo, daquelas que têm o poder

político e econômico, que tem condições para determinar o que julgam melhor para si mesmas e para os representantes de sua classe.

Do outro lado, a escola aceitou ser – e de fato é – depositária daquilo que é fundamental ou compulsório a qualquer ser humano, mesmo que suas formas de expressão variem no espaço e no tempo.

Mantoan (2003, p.14) afirma que:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para essa ou aquela deficiência/e ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um.

A citação se refere que não é possível localizar no aprendiz as causas de suas dificuldades de aprendizagem, mas é importante conhecer e analisar as dificuldades para que se possam planejar programas de apoio que supram essas dificuldades.

Temos que reconhecer e aceitar as dificuldades não com deficiência, e se caso for não devemos negá-las, mas possibilitar o desenvolvimento de cada um de forma positiva.

O ensino de boa qualidade é da equidade, isto é, o que oferece oportunidades e proporciona o direito de aprender, é aquele que busca a igualdade de oportunidades, o que não significa que as oportunidades sejam as mesmas e idênticas para todos.

Segundo Freire (1986 p.19):

O grande problema do educador não é discutir se a educação pode ou não pode, mas é discutir onde pode, com quem pode, quando pode; é reconhecer os limites que sua prática impõe. É receber que o seu trabalho não é individual, é social e se dá na prática de que ele faz parte.

O professor tem que ter consciência de que seu trabalho pode acarretar sérios danos se ele não estiver capacitado para lidar com o desconhecido. Trabalhar com a inclusão requer toda uma capacitação profissional não apenas teórica, mas, principalmente na prática por isso, a importância de se discutir quem pode, quando pode e onde pode.

Na visão de Maturana (2001) a educação é um processo em que a criança ou o adulto convive e essa convivência proporciona espontaneamente transformações. Por ser um processo contínuo a educação nunca se esgota. A questão central na convivência humana é o amor, que constitui o outro com respeito e aceitação de si e do outro. A visão de Maturana de amor remete a

cooperação, a ética, ao outro. Nesse sentido, valoriza a opção pelos valores humanos, por uma ética da alteridade.

Os professores terão a necessidade de possuir um apoio para realizarem o projeto político pedagógico com esses alunos; assegurar que a equipe técnica que se dedica ao projeto tenha condições adequadas de trabalho; monitorar constantemente o projeto dando suporte técnico aos participantes, pessoal da escola e público em geral; assistir as escolas para a obtenção dos recursos necessários à implementação do projeto; auxiliar a criação de novas formas de estruturas o processo de ensino-aprendizagem mais direcionado as necessidades dos alunos; oferecer oportunidades de desenvolvimento para os membros participantes do projeto através de grupos de estudos, cursos, etc.; fornecer aos professores de classe comum, informações apropriadas a respeito das dificuldades e deficiências de cada criança, dos seus processos de aprendizagem, do seu desenvolvimento social e individual; fazer com que os professores entendam a necessidade de ir além dos limites que as crianças colocam, no sentido de levá-las a alcançar o máximo de suas potencialidades.

Diferentes tipos de necessidades especiais

Na educação inclusiva não se espera que os alunos com deficiência se adaptem à escola, mas que esta se transforme de forma a possibilitar a inclusão. Para isso, algumas orientações são úteis. As que estão a seguir mesclam informações do Kit Escola Viva, criado pelo MEC em conjunto com a associação Sorri Brasil, com indicações elaboradas pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Vale lembrar que os serviços de apoio não substituem o professor da escola regular.

Os diferentes tipos de deficiências exigem cuidados diferenciados com cada aluno. Devido a isso, o Kit Escola propõe que, com os alunos com deficiência auditiva, é importante que o educador sempre fale de frente para eles. Se houver a possibilidade, a escola deve providenciar um instrutor para auxiliar o professor regente na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Para os alunos que possuem deficiências visuais sugere-se que a escola solicite à entidade mantenedora o material didático necessário – regletes (régua para escrever em Braille) e soroban -, além da presença de um profissional para ensinar a criança cega, os colegas e os professores a ler e escrever em Braille. O aluno precisa contar com tratamento oftalmológico e receber, na rede

ou em instituições especializadas instruções sobre mobilidade e locomoção nas ruas. Também necessita aprender a utilizar ferramentas de comunicação, como sintetizadores de voz que possibilitam ao cego escrever e ler via computador. Em termos de acessibilidade, o ideal é colocar cercados no chão, extintores de incêndio e instalar corrimão nas escadas.

Para os alunos que com deficiência física sugere-se que a escola elimine as barreiras arquitetônicas. As adaptações do edifício incluem: rampas de acesso, instalações de barras de apoio e alargamento das portas. No caso de haver deficiente físico nas classes, a modelagem do mobiliário deve levar em conta as características deles. Entre os materiais de apoio pedagógicos necessários estão pranchas ou presilhas para prender o papel na carteira.

Leis que Regem a Educação Inclusiva

De acordo com a Constituição Federal, artigo 208, o atendimento educacional às pessoas com deficiência deverá ser realizado de preferência na rede regular de ensino. Este artigo implica a escolha dos familiares em ingressar a criança em uma escola regular ou não.

Segundo a Lei nº 10.172/01, o Plano Nacional de Educação estabelece vinte e sete objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais. Realizando uma síntese dessas metas pode-se perceber que em relação ao desenvolvimento dos programas educacionais há uma necessidade de ampliação da oferta de atendimento desde a educação infantil até a qualificação profissional do sujeito envolvido no processo educativo. A lei trata da realização de ações preventivas nas áreas visuais e auditivas até a generalização do atendimento aos alunos na educação infantil e no ensino fundamental, trata do atendimento extraordinário em classes e escolas especiais ao atendimento preferencial na rede regular de ensino e da educação continuada dos professores que estão no exercício à formação em instituições do ensino superior.

O Estatuto da Criança e do Adolescente também possui um artigo que se refere à punição na forma de lei a quaisquer pessoas a que venha discriminar, violentar, realizar atividades cruéis por atos ou omissões aos direitos fundamentais de uma criança ou adolescente.

Desde 1990 tenta-se a realização de um processo de construção de um sistema educacional onde foi regulamentado a partir da criação de uma Declaração Mundial de Educação

para todos e Declaração de Salamanca que garante aos portadores de necessidade educacionais especiais o direito de frequentar o ensino regular.

O Brasil fez a opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para todos, na Tailândia em 1990 e ao afirmar sua posição em relação ao assunto em Salamanca (Espanha. 1994) na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade.

No que diz respeito à legislação mais recente sobre a inclusão escolar, fala-se sobre a Resolução nº 02, de 11 de setembro de 2001, essa legislação fundamenta a aceitação e permanência de alunos com necessidade especiais em uma escola regular.

Esta resolução regulamenta o atendimento escolar dos alunos com necessidades especiais que terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Em relação ao profissional da educação a lei prevê a capacitação e especialização, respectivamente, para o atendimento as necessidades educacionais dos alunos.

Em relação ao atendimento educacional especializado, o decreto 6.751 de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamentando o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta o dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.

Haverá uma distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar para que não haja exclusão na escola regular; uma adaptação do currículo em prol do processo educacional dos alunos em questão, esta deve estar adequada ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola.

Esses dispositivos legais políticos e filosóficos possibilitam estabelecer metas nas políticas educacionais, partindo do ponto que é necessário assegurar a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo. Portanto, essa estratégia estabelecida nesses dispositivos legais sugere a criação de um projeto educativo e social de caráter cooperativo e em relação à emancipação do estabelecimento Educacional e também de quem faz parte desse processo.

A escola se posiciona em relação ao seu compromisso com uma educação de qualidade para todos os seus alunos a partir do momento da criação de um projeto político pedagógico que visa estabelecer sua importância no processo pedagógico desses alunos. Assim a escola necessita assumir o papel de propiciar ações que favoreçam determinados tipos de interações sociais em seu currículo. De acordo com o Artigo 13 da LDB, em seus incisos I e II, ressalta-se a necessidade da atuação dos professores no processo de construção coletiva do projeto pedagógico.

O Brasil tem leis que garantem direitos como: ajuda financeira, integração social e assistência educacional, além de fim de discriminação no trabalho e cotas para deficientes nas repartições públicas. Uma lei específica sobre a acessibilidade, lei nº 10.098, de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade reduzida mediante a supressão de barreiras e obstáculos em vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e comunicação.

Dessa forma não é o aluno que se adapta à escola, mas a escola que se coloca a disposição do aluno, partindo da consciência de sua função. A educação especial é concebida para possibilitar que os alunos com necessidades educacionais especiais atinjam os objetivos da educação geral.

Síndrome de Down: Do que estamos falando?

Segundo Pueschel (2003), a Síndrome de Down é um acidente genético, uma alteração cromossômica. Sabe-se que, ao invés de 46 cromossomos divididos em 23 pares, nas pessoas com essa síndrome existem 47 cromossomos. No par de cromossomos número 21, ao invés de dois cromossomos, há três, por isso, é conhecida, também como trissomia 21.

Por que o nome síndrome de Down?

Sabe-se que síndrome “é um conjunto de sinais e sintomas que caracterizam um quadro clínico” (NAHAS, 2004, p.13) e Down é o sobrenome do médico inglês, John Langdon Down, que, em 1866, identificou alguns sinais físicos semelhantes em um grupo de pessoas com deficiência mental. Então, “síndrome de Down é um conjunto de estigmas físicos, causados por uma alteração genética, e que tem seu nome em homenagem ao primeiro médico que a descreveu” (NAHAS, 2004,p.13).

De acordo com a revista brasileira de educação especial em edição de dezembro de 2008, a Síndrome de Down (SD) é uma condição crônica que impõe múltiplos desafios não só à criança acometida, mas também a toda sua família.

As crianças com síndrome de Down apresentam muitas características físicas semelhantes (fenótipo). No entanto, vale lembrar que o mesmo não ocorre em relação ao desenvolvimento e ao comportamento.

As alterações fenotípicas do ser humano são determinadas pela carga genética. Na síndrome de Down, a presença de material genético extra, do cromossomo 21, resulta nas características peculiares que essa síndrome tem. Para citar tais características buscamos alguns autores como: Nahas (2004), Pueschel (2003), Saad (2003). Vejamos, assim, algumas dessas: mãos e pés pequenos e dedos curtos: Os dedos tendem a serem mais grossos, também, o 5º dedo pode ser levemente curvado para dentro; espaço aumentado entre os dedos dos pés; prega horizontal única na palma das mãos (linha simiesca); hipotonia muscular; olhos amendoados, com linhas ascendentes e dobras de pele nos cantos internos; nariz pequeno e pouco achatado; cavidade bucal diminuída; orelhas: pequenas, arredondadas e de baixa implantação; língua protusa; pescoço: curto, com pele abundante.

Como ocorrem com todos os seres humanos, as características variam muito. Assim, nas pessoas com síndrome de Down, nem todas as características descritas estão presentes em todos os indivíduos.

As pessoas com síndrome de Down possuem uma série de características, sobretudo físicas, que as diferem das demais pessoas e que são peculiares da síndrome. Porém, cabe destacar que nenhuma dessas características físicas interfere, definitivamente, no desenvolvimento das pessoas com síndrome de Down. A estimulação e a interação com o meio são fatores que colaboram com o desenvolvimento.

Essa estimulação e interação têm início em casa, com a própria família. As crianças nascem com capacidades em potencial, que precisam se desenvolver. A estimulação essencial tem o objetivo de proporcionar à criança condições para isso. A partir da estimulação essencial é mais fácil saber o momento de ingresso, na educação infantil, respeitando as potencialidades, habilidades e limites de cada criança.

É importante lembrar que a preparação para o convívio nas escolas comuns não envolve somente a criança, mas os pais, familiares e toda a comunidade escolar (professores, equipe gestora, alunos, funcionários).

A educação é um fator fundamental na transformação do indivíduo e pode ocorrer tanto em situações informais quanto em situações formais

A família se constitui o primeiro grupo social da criança, e é através do relacionamento familiar que a criança viverá a primeira inserção no mundo. É no seio da família que a criança terá suas primeiras experiências, sendo, portanto, esta a unidade básica de crescimento do ser humano e sua primeira matriz de aprendizagem. Alguns pais de bebês, vítimas de um (pré) conceito internalizado, muitas vezes, enraizado e tácito, retraem-se do contato social aparentemente por temor ao preconceito alheio. E não se dão conta de que através dos olhos de outros possam ver o reflexo de seus próprios sentimentos, que frequentemente despertam-lhes sentimentos de vergonha e culpa.

Os primeiros anos de vida de uma criança constituem um período crítico em seu desenvolvimento social, emocional e cognitivo, e o papel que a família desempenha nesse período é de fundamental importância.

Parceria: Centro Educacional e Escola Regular a partir da inclusão de uma criança com Síndrome de Down na Escola Regular

A parceria entre o Centro Educacional Municipal “Professor Olavo Mendes Brandão e Escolas Regulares Municipais acontece desde o ano de 2005. O Centro de Apoio oferece matrículas para pessoas com necessidades educacionais especiais que precisam de estratégias de apoio para se ingressar nas instituições regulares de ensino.

Durante a permanência destas pessoas nesta instituição, os profissionais abordam questões sobre a aprendizagem e o desenvolvimento educacional juntamente com o desenvolvimento físico e psicológico.

A educação das pessoas com necessidades especiais, inclusive das pessoas com Síndrome de Down, pode ser oferecida nas escolas regulares, pois (FÁVERO, PANTOJA E MANTOAN,2004, P.8)...

...este é ambiente escolar mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com seus pares de mesma idade cronológica e para a estimulação de todo o tipo de interação que possa beneficiar seu desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo.

Nesta perspectiva de educação inclusiva, o Centro Educacional passa a ter uma função importante, a de dar suporte para a efetivação dessa ação. Assim sendo, a atividade oferecida pelo Centro Educacional começa a ser entendida como processo fundamental perpassando como complemento para todas as etapas de ensino.

Então, o objetivo principal do Centro Educacional é garantir, não só o acesso, mas também a permanência de todos os alunos nas escolas regulares. Para isso tem a função de remover as barreiras que impedem a frequência dos alunos, sejam elas arquitetônicas ou comportamentais. A falta de informação e de conhecimentos, provavelmente, é uma das maiores barreiras da educação inclusiva.

Nesse sentido, cabe aos profissionais do Centro Educacional elaborar estratégias de apoio, colocando-se à disposição não só das pessoas com necessidades educacionais especiais, mas também de toda a comunidade escolar, proporcionando diferentes alternativas para a efetivação da inclusão, de acordo com a necessidade presente em cada momento.

Histórico do Centro Educacional Municipal “Professor Olavo Mendes Brandão

O Centro Educacional Municipal “Professor Olavo Mendes Brandão que neste estudo será chamado de “Escola “A” teve sua origem em março de 2001 funcionando, a princípio, como um anexo do Centro de reabilitação Professora Maria do Amor Divino Pereira, situado à Rua Alfredo Urbano, 69 – Bairro São Dimas, nesta. Recebeu este nome em homenagem ao emérito professor Geraldo Magela, natural de Conselheiro Lafaiete, deficiente físico, o qual em nada o impediu o exercício de sua profissão com competência e dedicação.

É mantida pela prefeitura Municipal da cidade Conselheiro Lafaiete - MG. Teve sua inauguração no dia 16/03/2001, na administração do então prefeito. Surgiu em consequência da dificuldade de deslocamento de crianças e adolescentes para a cidade de Ouro Branco, a fim de serem atendidos na APAE, da referida cidade, haja vista que em Conselheiro Lafaiete não existia, na época, uma escola especializada.

No ano de 2005, após a eleição do prefeito, representado pelo Senhor Secretário de Educação e Esporte, a escola foi transferida para prédio próprio, situado à Rua Bernardo Guimarães, 76 – Bairro Queluz. Um prédio com estruturas arquitetônicas apropriadas para atender a clientela com necessidades educacionais especiais.

Atualmente, a escola encontra-se ampliada para melhor atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, após adaptações necessárias em condições físicas e estruturais, tendo seu corpo de funcionários

Passou no ano de 2005, por um processo de ressignificação de sua postura enquanto espaço que busca o respeito à diversidade e o caminho para a inclusão do indivíduo com necessidades educacionais especiais, transformando-se em escola de ensino regular. Após os trâmites legais, passou a denominar-se “Centro Educacional Municipal “Olavo Mendes Brandão”, segundo ato de criação n.º 173/2006 e n.º 185/2006, ministrando além das Classes de Ensino Especiais, Educação Infantil, (1º e 2º períodos) e o Ensino Fundamental (os cinco anos iniciais), com anos em progressão, sendo que no ano de 2009 completou a 1ª etapa do ensino fundamental com o 5º ano.

A escola a partir do ano de 2008, após a transferência dos alunos adultos com necessidades educacionais especiais que atingiram a terminalidade específica para outra instituição constitui uma clientela basicamente constituída por crianças e adolescentes com ou sem deficiência, em turmas de Ensino Especial e Ensino Regular.

Histórico da Escola Municipal “Júlia Miranda Nogueira”

A Escola Municipal “Júlia Miranda Nogueira” que neste estudo será chamada de “Escola B” está situada à Rua Alexandrina de Queirós, 25, Bairro São João. Prédio próprio, composto de 11 salas de aula, secretaria, diretoria, sala de professores, biblioteca, recepção, quadra coberta, sanitários, cozinha, despensa, vestiário, consultório odontológico e sala de vídeo/brinquedoteca.

Atualmente a Escola atende cerca de 790 alunos de 4 a 10 anos de idade, da Educação Infantil ao 5º ano.

A Escola desenvolve várias atividades educativas que visam o entrosamento cada vez maior entre a família e a Escola por acreditar que essa parceria constrói a educação pública de qualidade a qual todos têm direito.

São realizadas também as reuniões pedagógicas envolvendo professores regentes como uma forma a mais de valorizar e capacitar àqueles que desenvolvem a missão de verdadeiro professor que educa para a vida cidadã. Também são realizados encontros mensais com a equipe multidisciplinar itinerante da Escola “A” e os professores da escola para juntos elaborarem estratégias para superar as dificuldades de ensino-aprendizagem dos alunos incluídos.

Seu lema é “Conhecimento é para sempre”. Este estabelecimento educacional tem o dever de orientar o ser humano para a vida no sentido global, em todos os aspectos, atingindo valores culturais, capacitando-o para que tenha iguais oportunidades, tornando-se um membro útil a sociedade e principalmente a si mesmo, participativo, alegre, desbravador de novos horizontes.

Análise do Questionário

O tipo de pesquisa utilizada foi a pesquisa qualitativa tendo como estratégias, o questionário e a observação dos profissionais para com a referida aluna. Estes mesmos profissionais atendem também a professora da aluna no ensino regular.

Foi perguntado aos profissionais multidisciplinares (equipe multidisciplinar) sobre como era realizado o atendimento a essa aluna quando a mesma chegou à escola. De acordo com informações:

Apresenta boa noção de esquema corporal e orientação de tempo e espaço. O que favoreceu na aquisição de novos conceitos (Psicóloga – Escola A).

A mesma apresenta dificuldade de aprendizagem, necessitando o trabalho com a leitura corrente e as trocas que realiza na escrita e algumas omissões de sílabas, mas sua maior dificuldade é na matemática (Fonoaudióloga – Escola A).

O trabalho realizado com a aluna matriculada na “Escola A” teve como objetivo seu desenvolvimento integral para que sua entrada na escola regular fosse tranquila e voltada para uma educação significativa.

Pode-se constatar isso de acordo com os depoimentos dos pesquisados:

Na psicomotricidade é trabalhado a definição da lateralidade (direito-esquerda), esquema corporal e noção espacial. Apresenta dificuldade numérica e nas operações fundamentais; para tanto trabalho com materiais concretos para desenvolver o raciocínio lógico matemático (Fonoaudióloga – Escola A).

As estratégias desenvolvidas para atingir os conhecimentos e capacidades no processo de aprendizagem significativa em coordenação motora fina foram: movimentos de pinça, como separar grãos, massa de modelar, jogos com corda, passar a bola, transpor obstáculos, imitar movimentos de animais, movimentos executados por algumas profissões como: bater martelo, escrever no quadro, nadar, varrer, cozinhar etc (Professora – Escola A).

A aluna possui muita dificuldade na abstração das atividades de raciocínio matemática, tendo que a professora elaborar estratégias específicas para que a aprendizagem significativa aconteça. Pode-se perceber esta dificuldade com o depoimento abaixo:

Descrição de atividades que possam auxiliar o aluno a melhor desenvolver operações com símbolos matemáticos, formular idéia, representar, interpretar e associar o conteúdo à realidade. Jogos como: material dourado para separar cubinhos, placas, barras, tampinhas, ábacos, palitos de picolé. Expor situações do dia a dia de forma que a aluna possa elaborar o pensamento matemático. Figuras para trabalhar conjuntos e sua classificação. Noção de reversibilidade. Apresentação do numeral e sua relação de quantidade (Professora - Escola A).

No ano de 2009, a aluna foi matriculada na “Escola B”. Sua matrícula foi normal como todas as outras deste referido ano; de acordo com o depoimento abaixo:

Não houve nenhum problema durante o processo de matrícula da aluna, sendo matriculada normalmente como as outras (Diretora da Escola B).

Foram questionadas quais as dificuldades que a aluna com necessidades educacionais especiais (Síndrome de Down) e a escola estão enfrentando com a inclusão escolar.

De acordo com as respostas de todos os profissionais envolvidos na pesquisa de campo pode-se perceber que existe uma dificuldade tanto por parte da aluna quanto pelos professores e pela escola. Esses por não possuir preparos, capacitação especializada. Aquela esbarra nas dificuldades de comunicação, locomoção, dificuldades de aprendizagem, problemas de ensinagem e principalmente o raciocínio matemático que é sua maior dificuldade, conforme depoimento da coordenadora pedagógica da escola B.

A maior dificuldade é na Matemática devido ao nível de desenvolvimento para o ano em curso (Coordenadora Pedagógica - Escola B).

A escola (capital humano) enfrenta a falta de conhecimento sobre a síndrome e também sobre as especificidades inerentes à aluna. Mas que apesar de todas essas barreiras tanto a escola

quanto os professores tentam diminuir esses problemas, pois está comprometido com a aprendizagem da aluna, de acordo com o depoimento.

O professor procura dar um atendimento individual e oferecer material concreto, favorecendo o manuseio, e explorando a criatividade, trabalha com música para despertar sua atenção e desenvolvimento da oralidade (Vice-diretora - Escola B).

Após a inclusão da aluna na escola regular houve constante apoio dos profissionais especializados da Escola “A”.

Entrou em discussão qual seria o papel dos pais na inclusão da aluna e 100% dos questionados enfatizaram sobre a importância da participação dos pais durante todo o processo educacional fazendo com que os direitos de seus filhos sejam respeitados.

“Há a necessidade de pais presentes, mostrando principalmente o amor que sente pela criança.” (Diretora – Escola B)

O papel dos pais na inclusão da aluna é o apoio, atenção e interesse no desenvolvimento da criança além de procurar especialistas para atendimento educacional especializado nas demais necessidades requeridas pela aluna (Vice-diretora – Escola B).

Para encerrar o questionário foi colocado em questão como é a média de desempenho escolar da aluna e as respostas foram um pouco diversificadas. Alguns profissionais responderam que o rendimento é fraco com baixo nível de aprendizagem devido à defasagem que a síndrome proporciona.

Outros afirmaram que realmente houve uma veracidade no processo inclusivo dentro da escola e também um comprometimento do professor e que aprendizagem a aluna é significativa e próspera.

Em relação à turma, seu desenvolvimento é lento e baixo, mas está de acordo com as suas características (Vice-diretora – Escola B).

A média de desempenho escolar da aluna é boa. A aluna é comunicativa e muito expressiva (Diretora – Escola B).

Com as intervenções realizadas pela professora o desenvolvimento da aluna melhorou e está muito estimulada para aprender os novos conceitos (Coordenadora Pedagógica – Escola B).

Algumas vezes, resiste quando desafiada a executar tarefas mais elaboradas. Porém, no geral, cumpre as atividades. Bom progresso em Português (Professora – Escola B).

Considerações Finais

Pode-se concluir que em relação a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos seus pares, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitam. Ao contrário, implica numa reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social de todos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades.

Os direitos individuais e coletivos garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil impõem às autoridades e à sociedade como um todo, a obrigatoriedade de atingir a efetividade dessa política pública, para o qual os recursos humanos e materiais devem ser canalizados, atingindo, necessariamente, toda a educação básica.

Inclusão não é apenas colocar uma criança com deficiência em uma sala de aula ou em uma escola. Esta é apenas a menor peça do quebra-cabeça. Incluir é humanizar caminhos.

Para que a inclusão aconteça efetivamente em nosso município é visível a importância da parceria entre o Centro Educacional e as Escolas Regulares Inclusivas para que juntos encontrem a melhor maneira de compreender todas as pessoas, a fim de que façam parte do sistema educacional como um todo. Foi percebida durante o estudo e nas considerações individuais no questionário a importância de se trabalhar com parceiros que possuem o mesmo objetivo que o da escola inclusiva, a promoção de uma educação igualitária e acessível a todos.

É para isso que nós, educadores, pesquisamos, é para isso que trabalhamos. É nisso que acreditamos. E principalmente, é isso que desejamos! Uma educação baseada nos princípios e práticas de uma concepção inclusiva.

Referências Bibliográficas

BUENO, J. G. S. (1999) Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? In *Revista Brasileira de Educação Especial*, Piracicaba, v.3, n.5, p. 7-25, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal - Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. **Declaração de Salamanca** e Linhas de Ação sobre necessidades Educativas Especiais. 2. ed. Brasília: CORDE, 1997.

CANDAU, V. M. Reinventar a escola. In **Didática do Ensino Superior** – IESDE

CARVALHO, R. E. (2004) **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Editora Mediação.

FREIRE, P; SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. São Paulo. In CARVALHO, R. E. (2004) **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Editora Mediação.

FAVERO, Eugenia Augusta Gonzaga, PANTOJA, Luisa de Marillac P. e MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O acesso de alunos com deficiência às escolas comuns e classes comuns da rede regular**. 2.ed. rev. e atualiz. Brasília: PDFC, 2004.

GÓMEZ-PALADIO, M. **La educación especial**. México, DF. In CARVALHO, R. E. (2004) **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Editora Mediação.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001

MANTOAN, M. T. E. (1997). **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Editora SENAC

_____ **O direito a diferenças na escola**. *Revista Pátio*, n. 32, ano VIII, p. 13-18, nov. /jan. 2005.

_____ **Caminhos pedagógicos da Inclusão**. Disponível na internet pelo site http://www.educacaoonline.pro.br/art_caminhos_pedagogicos_da_inclusao.asp (download realizado em 2004).

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. In CARVALHO, R. E. (2004) **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Editora Mediação

NAHAS, Ana Beduschi. **Síndrome de Down e um filho**. Florianópolis: [s.n.], 2004

PUESCHEL, Siegfried. **Síndrome de Down: Guia para pais e educadores**. 8.ed. Campinas: Papyrus, 2003.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos “Is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

SAAD, Suad Nader. **Preparando o Caminho da Inclusão: Dissolvendo Mitos e Preconceitos em Relação à Pessoa com Síndrome de Down**. São Paulo: Vetor, 2003.

SASSAKI, R. K. (1997). **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. Ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Entrevista. **Integração**, n. 20, p. 08-10, 1998.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho: na Sociedade Inclusiva**. 2.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

ANEXO

Questionário usado na pesquisa qualitativa

Escola: _____

Professora: _____

Coordenadora Pedagógica: _____

Aluna: _____

Idade: _____

Ano de matrícula na escola regular: _____

Cargo na referida escola: _____

Que tipo de deficiência a referida aluna apresenta? _____

- 1- Que tipo de apoio à escola está recebendo para trabalhar com essa aluna (financeiro material e humano)?
- 2- Quais as dificuldades que esta aluna com déficit cognitivo apresenta ao se matricular na escola regular?
- 3- E quais as dificuldades que a escola está apresentando com o ingresso dessa aluna?
- 4- Qual é o papel dos pais na inclusão dessa aluna com déficit cognitivo?
- 5- Qual é a média de desempenho escolar dessa aluna?
- 6- Quais tipos de intervenções pedagógicas são usados para que esta aluna aprenda os conteúdos regulares? Há alguma adaptação de material e/ou de estratégia?
- 7- Além do atendimento educacional especializado que a criança possui, há algum atendimento realizado pela coordenação pedagógica da escola?